

*Investimentos estrangeiros* *economia - Brasil* **GAZETA MERCANTIL** 04 JAN 1999

# Avanços que devem ser perseguidos

O desempenho da economia brasileira no ano que acaba de se encerrar não confirmou as expectativas otimistas projetadas pela equipe econômica, como também não foi a catástrofe que economistas vaticinavam após a eclosão da crise asiática e da moratória russa.

Não há, de fato, feitos substantivos que mereçam comemoração. A balança comercial fecha o período amargando um saldo negativo de aproximadamente US\$ 6,3 bilhões — o quarto déficit consecutivo. Na contramão do movimento por redução de custos, os gastos públicos cresceram, devendo somar cerca de R\$ 180 bilhões, o que representa um salto de 38,5% sobre os R\$ 130 bilhões de 1995.

Os índices de desemprego podem não ser alarmantes, como quer o governo, mas são preocupantes o bastante a ponto de levar combativos sindicatos a homologar contratos de trabalho “flexíveis”, abrindo mão de pontos considerados intocados há questão de poucos anos. E as reservas internacionais, ainda que montem a relativamente confortável faixa dos US\$ 40 bilhões, também experimentaram queda em relação ao ano anterior, quando somaram cerca de US\$ 51,4 bilhões.

Esse quadro, como se vê, destoa das previsões e sinais otimistas com que a equipe econômica acesnava no começo do ano. Ainda que esse cenário inspire apreensão, importantes e consistentes progressos foram registrados. Merece destaque, nesse sentido, o avanço do programa de privatizações. A

despeito das pressões e manobras praticadas com o claro objetivo de prejudicar o andamento do programa, o governo federal encerrou o ano privatizando 17 estatais e reforçando o caixa do Tesouro.

Paralelamente, o número de funcionários públicos foi substancialmente reduzido, fato determinante para evitar o recrudescimento dos gastos públicos. De acordo com dados do Ministério da Administração e Reforma

**Investimentos estrangeiros diretos no ano passado somaram cerca de US\$ 23 bilhões**

do Estado, o total de funcionários foi reduzido de 994.805 empregados em 1997 para 886.818 no ano passado, total, vale dizer, 27% menor em relação aos 1.216.058 existentes em 1994. E os investimentos estrangeiros, de outra parte, mantiveram o ritmo de crescimento. Considerando-se apenas os investimentos diretos, o capital externo que ingressou no País no ano passado ultrapassou US\$ 23 bilhões, de acordo com dados do Banco Central. Trata-se de uma fatia dez vezes maior do que a registrada no ano de edição do Plano Real, quando os investimentos somaram US\$ 2,1 bilhões. Esse incremento significa dizer que o País não apenas resistiu como também superou os ataques especulativos que conturbaram as economias mundiais.

Finalmente, registre-se o fato de que, a despeito de todas as adversidades, o País fecha o ano com a

inflação sob o mais absoluto controle. Pelos cálculos da Fundação Getúlio Vargas, o Índice Geral de Preços por Disponibilidade Interna (IGP-DI) deve encerrar o ano com variação positiva de 1,78%. Já as projeções da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, apontam para uma deflação de aproximadamente 2% sobre o custo de vida do paulistano.

O controle inflacionário, pelo quarto ano consecutivo, é condição essencial para a saúde financeira das pessoas físicas e jurídicas e, por isso mesmo, uma conquista que precisa ser defendida a todo custo. Mais ainda: trata-se da pedra angular para a consolidação e expansão de blocos econômicos, como os europeus acabam de concretizar, com o lançamento do euro, a moeda da União Européia, lançada na virada do ano.

Por tais motivos, não se pode mais postergar as necessárias e conhecidas correções de rota de que o plano econômico reclama. O reequilíbrio das contas públicas e a decorrente estabilidade do real dependem, é certo, da aprovação das reformas que serão votadas neste início de ano. São medidas amargas, que acarretarão sacrifícios e renúncias.

Os agentes econômicos e a sociedade, que já deram sinais de que estão dispostos a assimilar o impacto, reclamam, entretanto, a imediata distensão das taxas de juros, com o objetivo de se promover a pronta reativação dos negócios. A alternativa é uma estagnação da atividade econômica que não interessa a ninguém. ■